

Areia Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Areia Energia S.A.
Dianópolis - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Areia Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Areia Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 19 de fevereiro de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Salvador, 25 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC-BA 029520/O-7

Areia Energia S.A.

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	2021	2020	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.066	905	Fornecedores	11	1.408	1.400
Contas a receber	5	3.726	2.854	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	8.797
Impostos a recuperar	6	1.001	1.061	Obrigações sociais e trabalhistas		173	141
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.008	598	Obrigações tributárias		12	103
Estoques		251	259	Imposto de renda e contribuição social a recolher		108	35
Outras contas a receber	10	2.502	751	Dividendos a pagar	13	6.734	6.182
Total do ativo circulante		9.554	6.428	Total do passivo circulante		8.435	16.658
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	6	575	832	Fornecedores	11	55	55
Impostos diferidos		31	-				
Depósitos judiciais		224	224	Total do passivo não circulante		55	55
Outras contas a receber	10	200	419				
Imobilizado	8	55.242	59.847	Patrimônio líquido			
Intangível	9	4.081	16	Capital social	13	39.954	39.954
Diferido		-	45	Reservas de lucros		21.463	11.144
Total do ativo não circulante		60.353	61.383	Total do patrimônio líquido		61.417	51.098
Total dos ativos		69.907	67.811	Total dos passivos e do patrimônio líquido		69.907	67.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Areia Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	15	30.613	22.688
Custos de operação e manutenção	16	<u>(2.668)</u>	<u>(6.716)</u>
Lucro bruto		<u>27.945</u>	<u>15.972</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(1.077)	(1.581)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	<u>-</u>	<u>3</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>26.868</u>	<u>14.394</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	300	227
Despesas financeiras	17	<u>(322)</u>	<u>(614)</u>
Total		<u>(22)</u>	<u>(387)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social		<u>26.846</u>	<u>14.007</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	<u>(995)</u>	<u>(825)</u>
Total		<u>(995)</u>	<u>(825)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>25.851</u>	<u>13.182</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		<u>0,647</u>	<u>0,330</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Areia Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	25.851	13.182
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	<u> </u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>25.851</u>	<u>13.182</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Areia Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

		<u>Reservas de lucros</u>				
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		39.954	1.093	8.063	-	49.110
Lucro líquido do exercício	13	-	-	-	13.182	13.182
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	13	-	659	-	(659)	-
Dividendos adicionais de 2019 (R\$0,20 por lote de mil ações)	13	-	-	(8.063)	-	(8.063)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,08 por lote de mil ações)	13	-	-	-	(3.131)	(3.131)
Destinação para reserva de retenção de lucros	13	-	-	9.392	(9.392)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		39.954	1.752	9.392	-	51.098
Dividendos adicionais de 2020 (R\$0,24 por lote de mil ações)	13	-	-	(9.392)	-	(9.392)
Lucro líquido do exercício	13	-	-	-	25.851	25.851
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	13	-	1.293	-	(1.293)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,15 por lote de mil ações)	13	-	-	-	(6.140)	(6.140)
Destinação para reserva de retenção de lucros	13	-	-	18.418	(18.418)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		39.954	3.045	18.418	-	61.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Areia Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		25.851	13.182
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	8 e 16	4.761	4.900
Repactuação do risco hidrológico	9	(4.152)	-
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	12 e 17	134	473
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	12 e 17	186	139
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(872)	(253)
Estoques		8	(24)
Impostos a recuperar		1.721	2.157
Outras contas a receber		(1.532)	1.466
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		8	380
Obrigações tributárias		(1.531)	(1.545)
Obrigações sociais e trabalhistas		32	(16)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>24.614</u>	<u>20.859</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		(332)	(227)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12	(179)	(560)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>24.103</u>	<u>20.072</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	8	(24)	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(24)</u>	<u>(6)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	12	(8.938)	(9.750)
Dividendos pagos	13	(14.980)	(10.259)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(23.918)</u>	<u>(20.009)</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>161</u>	<u>57</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	905	848
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	<u>1.066</u>	<u>905</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>161</u>	<u>57</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Areia Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 07.321.320/0001-92, controlada pela TEP - Termoeletrica Potiguar S.A. (“TEP”), constituída em 25 de fevereiro de 2005, com sede em Dianópolis, Estado do Tocantins, que tem por objeto social principal a geração e a comercialização de energia elétrica em todo território nacional, a partir da Pequena Central Hidroelétrica (“PCH”) Areia, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução n.º 421, de 23 de janeiro de 2006, para estabelecer-se como produtora independente de energia (“PIE”), implantar e explorar a PCH Areia (11,4 MW), localizada no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins. A autorização tem prazo até 21 de janeiro de 2034, podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.

Não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, desde que previamente autorizados, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria da ANEEL.

A PCH Areia entrou em operação comercial em 25 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL n.º 838, de 24 de fevereiro de 2011, com contrato de fornecimento de energia à Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. pelo prazo de 20 anos e vigência até 24 de fevereiro de 2031, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa.

A Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021 permitiu ao gerador contratado no âmbito do Proinfa solicitar a prorrogação do contrato por 20 (vinte) anos, sob determinadas condições regulamentadas pelo Decreto n.º 10.798, de 17 de setembro de 2021. Em análise realizada pela Companhia, constatou-se que a prorrogação reduziria significativamente o valor do negócio, principalmente em função da perda do desconto de 50% sobre o encargo de uso de rede de distribuição, pela substituição retroativa do índice de reajuste de IGP-M para IPCA para o reajuste 2020/2021 e pela redução do preço da energia contratada. Portanto, a Companhia optou por não requerer a prorrogação do Contrato Proinfa.

A Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo Proinfa em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia, conforme nota explicativa n.º 12.

Mecanismo de Realocação de Energia

A Companhia fez opção por participar do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes deste mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do Proinfa, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do Proinfa os montantes relativos ao custo ou receita. A Companhia realiza a contabilização da provisão pela competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de riscos hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 24/02/2031.

Uma vez que a Companhia aderiu à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do Generation Scaling Factor (“GSF”) de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano.

Desde 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, a Companhia contabilizou uma provisão do saldo com base em estudos da consultoria energética da Companhia e o montante do prêmio foi atualizado. A Eletrobras tem o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, o que começou a ser efetuado apenas em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE de 2021 na data-base 31 de dezembro de 2021 é negativo de R\$2.214 (R\$902 em 2020). As retenções dos valores devidos iniciaram em 2019.

No exercício de 2021, foi reconhecido no resultado o montante de R\$1.031 (R\$999 em 2020) referente à provisão de receita do MRE de 2021, contabilizada líquida da despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico repactuado na rubrica de receita de vendas de energia.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182/2021 acerca da desestatização da Eletrobras, dentre outros temas. Em seu Art. 18, a referida lei alterou a Lei 13.203/2015 (Repactuação do Risco Hidrológico) no sentido de permitir a compensação de hidrelétricas participantes do MRE pelo GSF causado por hidrelétricas com prioridade de licitação e implantação antes de 2015 (data de início da repactuação de risco hidrológico firmada em 2016). Com base nesse novo marco legal, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxe para a Companhia impacto financeiro atualizado de R\$ 4.152. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias), para sua devida compensação, publicando a

Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Para aceitar essa compensação, o agente deveria requerer a extensão de sua outorga e renunciar qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, o que foi feito pela Companhia em outubro de 2021, com a apresentação do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga à ANEEL, dentro do prazo de 60 dias da publicação da Resolução Homologatória. Até o momento, não foi publicado o ato autorizativo com o devido ajuste do termo final da outorga da PCH Areia.

Desta maneira, a Companhia reconheceu um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 6,93% ao ano até 28/02/2036. Em dezembro de 2021, já havia sido amortizado o montante de R\$ 87.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da ANEEL, quando aplicáveis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2022 as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos

relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizados (NE nº.8), tributos diferidos e outros similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. São consideradas:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros eram mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensação e intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar através de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo

acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ver as taxas de depreciação na nota explicativa n.º 8.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiro e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes.

Nos anos de 2021 e 2020, a Companhia adotou o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta da Companhia; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240,

para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a Companhias enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no exercício; estas não possuem margem para presunção de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

O contrato de comercialização de energia elétrica é realizado no ambiente regulado, estando integralmente registrado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional.

A Companhia possui uma receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que a Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Deste modo, as medições do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e contabilizadas pela Companhia por competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a Eletrobras, somado aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

Receita com venda de energia: refere-se à integralidade da energia contratada pela Eletrobras (preço x energia contratada).

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a quantidade média ponderada de ações ordinárias da Companhia em circulação. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3.1 Efeitos da covid-19

O efeito da pandemia se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumentos de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de empregados e prestadores de serviços, força de trabalho insuficiente e outros desafios.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema:

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia;
- Em relação à receita, não houve impactos negativos nas operações atuais e não há previsão de efeito relevante no futuro;
- A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico;
- A liquidação de seus passivos está ocorrendo no curso normal dos negócios;
- Durante a pandemia, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras;

São valores fundamentais da Companhia: segurança e responsabilidade socioambiental. Assim, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas;
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais;
- Disponibilização de máscara e protetores faciais para os colaboradores;
- Protocolos de distanciamento social e alternância de rotina, procurando evitar a contaminação do espaço de trabalho e contágio dos colaboradores;
- Ações sociais de apoio no combate à covid-19 na cidade de Dianópolis com a doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) hospitalares para unidades de saúde de referência; recuperação de respiradores automáticos em parceria com o SENAI; atenção especial às pessoas em situação de risco, por meio da doação de testes de covid-19 e EPIs hospitalares a asilos e cestas básicas aos vizinhos residenciais da PCH Água Limpa.

Com base no exposto, a Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas tempestivamente para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Aplicações financeiras de alta liquidez	1.066	905

Referem-se a aplicações financeiras classificadas em Certificado de Depósito Bancário – CDB, com vencimento inferior a 90 dias da data de aplicação realizada, com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características a alta liquidez, baixo risco de

crédito e remuneração equivalente a 113,86% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (84,62% em 2020).

5 Contas a receber

	2021	2020
Valores a vencer	3.726	2.854

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica à Eletrobras decorrente do contrato de compra e venda de energia que a Companhia tem no Proinfa, com prazo de vencimento inferior a 60 dias. Não há títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

A Companhia, consubstanciada na análise do seu contas a receber, não tem expectativa de perdas relevantes na realização destes recebíveis, nem constituiu provisão para perdas esperadas.

6 Impostos a recuperar

	2021	2020
IRRF	-	79
PIS sobre faturamento	280	286
COFINS sobre faturamento	1.296	1.322
Outros	-	206
Total	1.576	1.893
Circulante	1.001	1.061
Não circulante	575	832
Total	1.576	1.893

7 Saldos e transações com partes relacionadas

	Encargos incidentes	2021 Ativo	2020 Ativo
<u>Outras contas a receber</u>			
Companhia Energética Potiguar	sem encargos	419	638
Circulante		219	219
Não circulante		200	419
Total		419	638

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora final é a Commandery Participações em Energia S.A.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

As outras contas a receber da Companhia Energética Potiguar referem-se à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social para utilização no PERT – Parcelamento Especial de Regularização Tributária, por parte da controlada, que está sendo pago mensalmente em parcelas iguais e consecutivas de R\$ 18, com vencimento para 14/11/2023. Ver nota explicativa n.º 10 para mais informações.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Durante o exercício de 2021 foram pagos R\$396, sendo R\$ 300 de remuneração fixa e R\$ 96 de remuneração variável (R\$478 em 2020, sendo R\$ 384 de remuneração fixa e R\$ 94 de remuneração variável) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

8 Imobilizado

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Imobilizado em curso	Veículos	Total
Taxa de depreciação anual	4,19% (*)	4,41% (*)	10%	4,31% (*)	4,26% (*)	20%	-	20%	
Custo de aquisição									
Saldos em 31 de dezembro de 2019	573	17.259	38	45.260	43.923	22	13	65	107.153
Adições	-	6	-	-	-	-	-	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2020	573	17.265	38	45.260	43.923	22	13	65	107.159
Adições	-	4	-	-	-	20	-	-	24
Transferências	-	-	-	13	-	-	(13)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	573	17.269	38	45.273	43.923	42	-	65	107.183
Depreciação acumulada									
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(235)	(6.744)	(36)	(17.981)	(17.655)	(6)	-	(27)	(42.684)
Adições	(24)	(761)	(2)	(1.954)	(1.870)	(4)	-	(13)	(4.628)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(259)	(7.505)	(38)	(19.935)	(19.525)	(10)	-	(40)	(47.312)
Adições	(24)	(762)	-	(1.954)	(1.872)	(4)	-	(13)	(4.629)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(283)	(8.267)	(38)	(21.889)	(21.397)	(14)	-	(53)	(51.941)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2020	314	9.760	-	25.338	24.398	12	-	25	59.847
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2021	290	9.002	-	23.384	22.526	28	-	12	55.242

(*) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso e estão apresentados pela taxa média utilizada.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

9 Intangível

	Taxas anuais	2021		2020	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	16	(14)	2	2
Direito de passagem - servidões	4,8%	26	(13)	13	14
Direito das autorizações	6,9%	4.152	(86)	4.066	-
Total		4.194	(113)	4.081	16
Saldo em 31 de dezembro de 2019		18			
Amortização		(2)			
Saldo em 31 de dezembro de 2020		16			
Adições		4.152			
Amortização		(87)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021		4.081			

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de autorizações, formado pela extensão das autorizações da resolução homologatória 2.932/2021, está sendo amortizado à taxa de 6,93% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 28/02/2036. Ver nota explicativa n.º 1 para mais informações.

10 Outras contas a receber

	2021	2020
Despesas antecipadas	83	-
Créditos tributários PERT (a)	419	638
MRE - Mecanismo de realocação de energia (b)	2.194	261
Outras contas a receber	6	271
Total	2.702	1.170
Circulante	2.502	751
Não circulante	200	419
Total	2.702	1.170

- (a) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no PERT - Parcelamento Especial de Regularização Tributária. Ver nota explicativa n.º 7 para mais informações.

- (b) Mecanismo de Relocação de Energia - MRE corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Tanto em 2020 quanto em 2021, o resultado positivo da repactuação do risco hidrológico foi superior à exposição da Companhia ao Mercado de Curto Prazo – MCP. Os valores são liquidados no ano seguinte, em 12 parcelas igual e atualizadas pelo IPCA.

11 Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Engenharia São Patrício	39	36
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	1.347	1.345
Outros fornecedores	77	74
Total	<u>1.463</u>	<u>1.455</u>
Circulante	1.408	1.400
Não circulante	55	55
Total	<u>1.463</u>	<u>1.455</u>

- (a) A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 29/10/2030.

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>Vencimento</u>	<u>Taxas</u>		<u>Não</u>			
	<u>principal</u>	<u>efetiva</u>	<u>Encargos</u>	<u>Circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco Bradesco S.A	nov/21	CDI +	-	-	-	-	8.947
(-) Custos de transação		0,52% a.a.	-	-	-	-	(150)
Subtotal			-	-	-	-	8.797
Total			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.797</u>
Circulante			-	-	-	-	8.797
Não circulante			-	-	-	-	-
Total			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.797</u>

- (a) Referia-se a 19.500.000 debêntures, emitidas na 1.ª emissão de série única com o Banco do Bradesco S.A. no valor de R\$1,00 real cada, totalizando R\$19.500, com vencimento em 15 de novembro de 2021, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 0,52% ao ano. Em 13 de outubro de 2021 as debêntures foram totalmente quitadas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.702	8.793	18.495
Juros e variações monetárias provisionadas	473	-	473
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(560)	-	(560)
Amortização dos custos de captação	139	-	139
Transferências	8.793	(8.793)	-
Pagamentos de principal	(9.750)	-	(9.750)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>8.797</u>	<u>-</u>	<u>8.797</u>
Juros e variações monetárias provisionadas	134	-	134
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(179)	-	(179)
Amortização dos custos de captação	186	-	186
Pagamentos de principal	(8.938)	-	(8.938)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Enquanto não quitada totalmente essa dívida, vigorava um contrato de Cessão Fiduciária de direitos creditórios e outras avenças (“contrato de Garantia”) outorgando ao debenturista o direito dos recebíveis do contrato de compra e venda de Energia CT - Proinfa/PCH - MRE - 036/2004.

Esses contratos também incluíam cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos *covenants*.

Cláusula restritiva – <i>covenant</i>	Índice requerido
Relação de dívida líquida / Ebitda	Menor do que 2,5

13 Patrimônio líquido

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$39.954, representado por 39.954.240 ações ordinárias, sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	27.744.223	69,44
RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda.	11.986.272	30,00
Maria das Graças B. N. Fernandes	<u>223.744</u>	<u>0,56</u>
Total	<u>39.954.240</u>	<u>100</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, foi constituída uma reserva legal de R\$1.293 (R\$659 em 2020).

Lucros retidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração destinou o saldo do lucro do exercício após deduções da reserva legal e dividendo mínimos obrigatórios, para a reserva de lucros retidos, no montante de R\$18.418 (R\$9.392 em 2020).

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	2021	2020
Lucro líquido em 31 de dezembro	25.851	13.182
Reserva legal	<u>(1.293)</u>	<u>(659)</u>
Base para dividendos	<u>24.558</u>	<u>12.523</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>6.140</u>	<u>3.131</u>
Por lote de mil ações	0,15	0,08

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	25.851	13.182
Média ponderada de ação por lote de mil	<u>39.954</u>	<u>39.954</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u><u>0,647</u></u>	<u><u>0,330</u></u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas, conforme determinado em seu Estatuto, o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Em 23 de março de 2020, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$10.751, sendo R\$2.688 como dividendos mínimos obrigatórios de 2019 e R\$8.063 como dividendos adicionais (R\$0,20 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram parcialmente pagos em 2020 e totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2021, conforme disponibilidade de caixa.

Em 17 de março de 2021, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$12.523, sendo R\$3.131 como dividendos mínimos obrigatórios de 2020 e R\$9.392 como dividendos adicionais (R\$0,20 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram parcialmente quitados no transcorrer do exercício de 2021, conforme disponibilidade de caixa.

Saldo dividendos a pagar 2019	5.247
Dividendos propostos referente a 2019	8.063
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	3.131
Dividendos pagos	(10.259)
Saldo dividendos a pagar 2020	6.182
Dividendos propostos referente a 2020	9.392
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	6.140
Dividendos pagos	(14.980)
Saldo dividendos adicionais a pagar 2021	6.734

14 Riscos contingenciais

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- (a) A Companhia é autora de ação de desapropriação por utilidade pública de parte da área onde se encontra localizada a PCH. A ação encontra-se em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações da PCH. Contudo, a Companhia já tem a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$224 (R\$224, em 31 de dezembro de 2020). Os assessores jurídicos da Companhia consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração não constituiu nenhuma provisão para fazer face a eventuais perdas judiciais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais em andamento ou causas relevantes com perdas possíveis. Desta forma nenhuma provisão para perda foi constituída.

15 Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita de venda de energia	31.629	23.670
Deduções de venda		
PIS	(181)	(175)
COFINS	(835)	(807)
Total	30.613	22.688

16 Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Custos e despesas com pessoal e administradores	(668)	(611)
Depreciação e amortização	(4.759)	(4.900)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(343)	(317)
Custos com manutenção e operação	(1.674)	(1.638)
Repactuação do risco hidrológico (a)	4.152	-
Custos e despesas com seguros	(190)	(143)
Despesas com viagens e comunicações	(71)	(71)
Serviços de terceiros	(212)	(162)
Assessoria e consultoria	(423)	(392)
Tributos	482	(3)
Outras despesas (receitas)	(39)	(57)
Total	(3.745)	(8.294)
 Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(2.668)	(6.716)
Despesas gerais e administrativas	(1.077)	(1.581)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	3
Total	(3.745)	(8.294)

- a) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxe para a Companhia impacto financeiro atualizado de R\$ 4.152. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Desta maneira, a Companhia reconheceu um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível.

17 Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	25	9
Outras receitas financeiras, líquidas	275	218
Subtotal	300	227
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(134)	(473)
Amortização de custo de captação	(186)	(139)
Outras despesas financeiras, líquidas	(2)	(2)
Subtotal	(322)	(614)
 Total	<u>(22)</u>	<u>(387)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado do exercício de 2021 e de 2020, estão demonstradas a seguir:

	Alíquota efetiva	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de venda de energia		31.629	23.670
Receita de recontabilização CCEE		361	1.464
Efeito líquido da repactuação - Mecanismo de Realocação de Energia - MRE		(2.232)	(99)
Faturamento - lucro presumido		29.758	25.035
 Alíquota de presunção de lucro presumido IRPJ (8%)		2.381	2.003
Receita financeira (100%)		300	227
Subtotal IRPJ		2.681	2.230
Imposto de renda à taxa nominal (15%)		(402)	(335)
adicional Imposto de renda à taxa nominal (10%)		(245)	(199)
Imposto de renda à taxa efetiva	2,17%	(647)	(534)
 Alíquota de presunção de lucro presumido CSLL (12%)		3.571	3.004
Receita financeira (100%)		300	227
Subtotal CSLL		3.871	3.231
Contribuição social à taxa nominal (9%)		(348)	(291)
Contribuição social à taxa efetiva	1,17%	(348)	(291)
 Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	3,34%	<u>(995)</u>	<u>(825)</u>

19 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Valor Prêmio	Vigência
Riscos nomeados e operacionais	Principais equipamentos de usina e subestação, contra incêndio, queda de raio e explosão, danos elétricos e tumultos.	94.118	375	10/06/2022
Lucros cessantes	Situações de paralisação total ou parcial dos negócios, preservando o movimento dos negócios nos níveis anteriores à ocorrência do sinistro.	21.759		
Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O)	Danos morais, corporais, materiais e ambientais, Administradores, Advogados, Contadores, Risk Managers e Auditores Internos, práticas trabalhistas e tributárias.	15.000	1	27/07/2022

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

	Valor contábil 2021		
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.066	-	1.066
Contas a receber	3.726	-	3.726
Outras contas a receber	502	2.194	2.696
<u>Total</u>	5.294	2.194	7.488

	Valor contábil 2021		
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total
<u>Passivos financeiros</u>			
Fornecedores	1.408	-	1.408
Dividendos à pagar	6.734	-	6.734
<u>Total</u>	8.142	-	8.142

As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes do cliente Eletrobras, a Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte desse cliente. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de *rating*.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas foram monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações. Tais operações foram integralmente quitadas durante o exercício de 2021.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

<u>Passivos financeiros não derivativos</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Fluxo de caixa contratual</u>		
		<u>12 meses</u>	<u>24 meses</u>	<u>36 meses</u>
Fornecedores	1.463	1.408	-	55
Dividendos à pagar	6.734	6.734	-	-
Total	<u>8.197</u>	<u>8.142</u>	<u>-</u>	<u>55</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A administração julga que qualquer variação nas taxas de juros não causaria impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2021. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário				Saldo		
		Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	
		I	II	III	Contábil	I	II	III
		(*)	25%	50%			25%	50%
Ativo - Aplicações financeiras								
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	43	47	46	45
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	145	158	155	152
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	878	960	939	919
	Total aplicações financeiras				1.066	1.165	1.140	1.116
	Total líquido				1.066	1.165	1.140	1.116
* Fonte: Banco Santander	Efeito no patrimônio líquido				-	99	74	50

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Política de Preços (ambiente regulatório)

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras. A Companhia não tem proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e o órgão regulador ANEEL.

Quanto à escassez de chuva

A Companhia gera energia por meio de uma PCH. Um período prolongado de escassez de chuva reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria redução de receita. A fim de mitigar esse risco, a Companhia aderiu ao MRE – Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. A Companhia entende não haver riscos associados em 2021 em função do saldo ser positivo.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

21 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$1.915, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor anual de R\$279, com vigência até 26 de dezembro de 2031.

- Operação e manutenção das usinas no valor anual de R\$1.273, com vigência até 31 de dezembro de 2034.
- Assessoria e gestão no valor anual de R\$363, com vigência indeterminada.

22 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir estão relacionadas as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

Exercício de 2021

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$1.845.
- Aumento no direito de autorização - GSF no montante de R\$ 4.152. (Ver nota explicativa nº 1)
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$ 6.140.

Exercício de 2020

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$1.862.
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$ 3.131.

23 Eventos subsequentes

A Lei 14.120/2021 alterou o art. 26 da Lei nº 9.427/1996, permitindo ao gerador com autorização de 30 (trinta) anos, cuja usina estava em operação em 1º de setembro de 2020 e que não tenha sido objeto de qualquer espécie de penalidade pela ANEEL quanto ao cumprimento do cronograma de sua implantação, ter seu prazo de autorização contado a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora, após o reconhecimento pela ANEEL do atendimento aos critérios. Em julho de 2021, a Companhia solicitou a adequação de sua autorização com base no novo marco legal. Em outubro, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração atestou que a usina não foi penalizada por atrasos de implantação. Após apreciação de outra área técnica e também da Diretoria, finalmente em 8 de fevereiro de 2022 a ANEEL aprovou a Resolução Autorizativa nº 11.131/2022 (publicada em 23/02/2022), que estabelece nova vigência da autorização da Companhia até 25/02/2041.